

RESUMO EXECUTIVO

SOB RISCO

COMO SUPERAR AS FALHAS DOS
PROGRAMAS DE PROTEÇÃO A
JORNALISTAS NA AMÉRICA LATINA

BRASIL • COLÔMBIA • HONDURAS • MÉXICO



no se mata
LA VERDAD
matando
AL PERIODISTA

RSF REPÓRTERES
SEM FRONTEIRAS

RESUMO EXECUTIVO

134. A cifra fala por si só. Trata-se do número de jornalistas que perderam a vida por motivos diretamente relacionados com sua atividade de informar no México, no Brasil, na Colômbia e em Honduras nos últimos dez anos. Juntos, esses quatro países são responsáveis por 90% dos casos de assassinato registrados na América Latina entre 2012 e 2021, segundo levantamento da Repórteres sem Fronteiras (RSF). Somente no início de 2022, foram outras sete mortes.

Considerado a forma mais extrema de censura existente, o assassinato de jornalistas é apenas a ponta do iceberg de uma espiral de violência contra a imprensa, que inclui agressões físicas e verbais, ameaças de todas as ordens, sequestros, destruição de equipamentos, espionagem, detenções arbitrarias e processos judiciais abusivos.

Para responder a esse cenário, os governos do Brasil, da Colômbia, de Honduras e do México foram pressionados pela sociedade civil e por organizações internacionais a criar políticas públicas para garantir a integridade de pessoas ameaçadas em decorrência da sua atividade. Os chamados mecanismos ou programas de proteção foram então estruturados para atender defen-



Lourdes Maldonado, lembrada nesta homenagem, foi uma dos cinco jornalistas assassinados no México no início de 2022.
© Guillermo Arias/AFP

sos e defensoras de direitos humanos de modo geral, incluindo lideranças comunitárias, ambientalistas, jornalistas e comunicadores.

Em comum, os mecanismos estabelecidos nos quatro países têm a função de receber denúncias de vítimas de ameaças, realizar uma avaliação de risco acerca da situação do petionário, deliberar sobre suas necessidades e sobre os tipos de medidas de proteção a serem adotadas, implementando um plano de proteção e acompanhando os casos. Os beneficiários passam, então, a estar oficialmente sob a proteção do Estado. As medidas de proteção podem incluir patrulhas e escoltas policiais, oferta de "botões de pânico" para o rápido contato com as forças de segurança, de carros blindados ou de coletes à prova de balas, ou ainda a instalação de câmeras de segurança e a realocação dos beneficiários dos programas de proteção em outra cidade.

Para avaliar o funcionamento, a eficácia e o impacto dessas medidas para os jornalistas na América Latina, a RSF analisou comparativamente os mecanismos (veja nota metodológica abaixo). Este trabalho de pesquisa, pela primeira vez, traz uma perspectiva regional aprofundada sobre as políticas de proteção na região, sem perder de vista as especificidades dos quatro países estudados. O resultado é um diagnóstico detalhado dos programas de cada Estado, acompanhado de uma

análise crítica e de 80 recomendações aos mecanismos, adaptadas aos desafios de cada um.

A pesquisa reforça a ideia de que os mecanismos de proteção constituem uma resposta necessária ao quadro de violência estrutural contra jornalistas e comunicadores e que, em maior ou menor grau, ampliaram a capacidade desses Estados de cumprir com sua obrigação de proteger tais populações extremamente vulneráveis. A simples existência dos programas estabelece dentro da estrutura governamental um espaço de acolhimento de denúncias de pessoas ameaçadas, com capacidade de implementar medidas específicas para garantir sua integridade. Na prática, os programas contribuíram com a responsabilização dos Estados na adoção de medidas diretas e indispensáveis para preservar a vida de centenas de jornalistas e comunicadores.

Por outro lado, o estudo realizado pela RSF identificou graves problemas, que requerem mudanças urgentes para que as políticas de proteção sejam verdadeiramente eficazes. Mesmo que a maior parte conte com um marco normativo estruturado, os mecanismos demonstram falhas estruturais importantes, que impedem seu bom funcionamento, entre elas: dependência de instituições ineficazes (como a polícia, o exército e a justiça), metodologias de análise de risco e planos de proteção que não consideram as particularidades do exercício jornalístico, inadequação



Ação em Guadalajara/México contra o assassinato de Margarito Martinez e Lourdes Maldonado, em janeiro de 2022.

© Ulises Ruiz/AFP

das medidas e atrasos em sua implementação, falta de recursos humanos e financeiros, etc.

Além disso, nenhum dos quatro programas considera as especificidades das mulheres jornalistas, extremamente vulneráveis na região, ou oferece medidas adequadas para suas necessidades. Os planos de proteção, em geral, ignoram as formas de violência de gênero que afetam as mulheres e a população LGBTQIA+ e o impacto que as ameaças e atos de agressão têm sobre elas e suas famílias.

A pesquisa aponta também uma participação errática e insuficiente das organizações da sociedade civil no acompanhamento, deliberação e implementação das medidas de proteção. No Brasil e em Honduras, em específico, falta ainda transparência sobre a utilização dos recursos e sobre como os casos são tratados. Os mecanismos não têm indicadores para avaliar seu funcionamento e as

medidas de proteção implementadas, que seriam fundamentais para analisar o impacto dos programas.

Tais falhas alimentam um clima de desconfiança generalizada da parte dos beneficiários e das organizações da sociedade civil que acompanham os programas de proteção. Essa falta de confiança é reforçada por discursos hostis e estigmatizantes feitos por autoridades públicas contra a imprensa e os defensores de direitos humanos, e ainda, nos quatro países analisados, também pela multiplicação de processos abusivos, uma forma de censura judicial que avança na região.

Este clima hostil, associado ao fato de que os agentes públicos (policiais, políticos, membros do judiciário, funcionários públicos e representantes do Estado em geral) são regularmente identificados como os principais responsáveis pela violência contra os jornalistas, contribui para afastar os mecanismos de seus objetivos e, assim, de seus potenciais beneficiários.

A coordenação entre as autoridades e os órgãos públicos para a adoção de medidas de prevenção se limita com frequência a um acompanhamento dos ataques contra jornalistas para identificar zonas de maior perigo. Assim, mesmo no México ou na Colômbia, onde sistemas de alertas precoces foram criados, as agressões continuam.

Quando se trata de responsabilizar os agressores, somente Honduras e México dispõem de promotorias especiais dedicadas a crimes contra a liberdade de expressão. No entanto – e a constatação é a mesma nos quatro países –, a coordenação entre os mecanismos e os promotores é muito insuficiente. Na Colômbia, por exemplo, especialistas no tema são unânimes: a Procuradoria Geral é uma grande ausente no programa de proteção.

Esses elementos evidenciam uma falta de vontade e de visão política para fortalecer de maneira eficaz os programas de proteção, que não enfrentam de fato as causas estruturais da violência. O problema se traduz na ausência de coordenação entre as diferentes instituições do Estado, tanto em nível nacional quanto local. Funcionando quase sempre de maneira isolada, tendo como “única função” garantir a integridade física dos beneficiários, os mecanismos perdem sua capacidade de garantir que os jornalistas ameaçados continuem a trabalhar.

Tais problemas têm consequências diretas e às vezes gravíssimas para os beneficiários destes programas. Lutar contra essas falhas é um desafio enorme. Um desafio que a RSF optou por abraçar com este relatório, que será necessariamente uma ferramenta de incidência regional mas também de cooperação técnica para que as recomendações feitas pela organização possam ser rapidamente colocadas em prática pelas autoridades dos quatro países envolvidos.

DIAGNÓSTICO E RECOMENDAÇÕES



Enterro do fotógrafo Ruben Espinosa, morto no México em 2015 num episódio envolvendo tortura e homicídio múltiplo. © Alfredo Estrella/AFP



#NenhumAMais: flores e velas no funeral de 3 comunicadores equatorianos assassinados na Colômbia em 2018. © Luis Robayo/AFP



© Alfredo Estrella/AFP

Diagnóstico

Ligado ao Ministério do Interior, o Mecanismo Federal para Proteção de Pessoas Defensoras de Direitos Humanos e Jornalistas do México foi criado pela Lei de Proteção em 2012, que não vincula as autoridades estaduais e municipais em termos de obrigações na proteção de jornalistas.

Apesar da existência, desde 2017, de um Protocolo Nacional de Coordenação, somente 12 dos 32 estados federados do México possuem uma Unidade Estadual de Proteção para articular ações com o mecanismo federal, a maioria ainda sem recursos humanos e financeiros suficientes. Outros estados preferiram criar mecanismos autônomos.

O governo de López Obrador anunciou, em 2021, a criação de um Sistema Nacional de Proteção, a partir da adoção de uma lei geral, vinculando autoridades de todo o país, mas a sociedade civil teme que a iniciativa venha a desresponsabilizar o mecanismo federal de seu papel de coordenação nacional do tema.

Bastante isolado, a capacidade operacional do mecanismo é insuficiente diante do crescimento das demandas. Para que a política geral de proteção seja eficaz, as outras esferas de poder mexicanas devem necessariamente assumir sua parcela de responsabilidade e trabalhar de maneira articulada com o mecanismo federal.

A falta de pessoal (45 funcionários para cerca de 1.500 beneficiários) é um obstáculo considerável à eficiência das medidas de proteção, que podem levar até um ano para serem implementadas. O problema também resulta na sobrecarga de trabalho e em atrasos nas avaliações de risco.

Durante a década de 2011-2020, pelo menos nove jornalistas sob proteção do Estado foram assassinados no México.

A maioria das escoltas e dos analistas não é formada em perspectiva de gênero ou nas especificidades das regiões em que atuam.

Refúgios temporários usados para a realocação de jornalistas ameaçados se transformam em reassentamentos permanentes.

Por fim, o discurso estigmatizante do presidente López Obrador contra a imprensa termina encorajando ataques contra jornalistas. Pelo menos cinco jornalistas e colaboradores de veículos de comunicação foram assassinados no México nos 40 primeiros dias de 2022.

Recomendações

Estrutura

- A responsabilidade da proteção dos jornalistas deve ser mais bem compartilhada entre as autoridades federais e estaduais. Isso passa por uma melhor coordenação institucional e por uma verdadeira vontade do Estado mexicano, que deve ter uma visão integral da proteção dos beneficiários.
- A participação estratégica de diferentes autoridades e órgãos públicos federais na Junta de Governo, instância decisória do mecanismo, deve ser reforçada.
- O debate sobre a criação de um Sistema Nacional de Proteção deve necessariamente ser feito com a participação de representantes da sociedade civil.
- O orçamento de funcionamento do mecanismo deve ser significativamente aumentado, permitindo principalmente a contratação de mais pessoal e sua formação contínua.

Medidas de proteção

- As medidas de atendimento emergencial devem ser aprimoradas, garantindo sua adaptação a riscos iminentes e a mudanças imprevistas no nível de risco dos beneficiários.
- Até o final de 2022, o mecanismo deve respeitar os prazos determinados por lei para a incorporação e implementação completa dos planos de proteção.
- O mecanismo deve melhorar sua oferta de proteção integral, trabalhando especificamente sobre medidas de apoio psicológico, jurídico, de autoproteção ou ainda sobre segurança digital. Deve também garantir apoio econômico aos beneficiários realocados em refúgios temporários.
- A RSF recomenda, enfim, a adoção de uma verdadeira abordagem interseccional que considere diferenças de gênero, etnia, raça e diversidade sexual dos beneficiários, assim como as especificidades de suas regiões de origem. Tal prática requer a formação contínua das equipes técnicas.

No aniversário de morte do jornalista Manuel Buendía, vítimas são lembradas em ato na capital do México



Foto: Mídia Ninja

Diagnóstico

Criado em 2004 e em funcionamento desde 2005, o programa de proteção brasileiro, chamado PPDDH*, é baseado em acordos entre o governo federal e os governos estaduais, por meio de convênios com organizações da sociedade civil, que são as encarregadas finais de implementar a política de proteção.

Este modelo de convênios é muito dependente da vontade política dos governadores, resulta numa pesada burocratização da política (lentidão para repasse de recursos, etc) e gera dificuldades na oferta de medidas de proteção, deixando os beneficiários muitas vezes em perigo.

Em 2021, somente sete estados (de um total de 26) tinham acordos firmados com o governo federal. As demandas de beneficiários de outros estados do Brasil são tratadas pela equipe federal de Brasília, mas na maior parte das vezes as medidas de proteção não se concretizam. Os petionários, assim, contam apenas com um apoio institucional do governo federal: acompanhamento de novos episódios de ameaça e de investigações policiais. Em nível local, os recursos disponíveis para a instalação de equipamentos de segurança ou para a retirada de beneficiários de suas cidades são extremamente raros.

O PPDDH também carece de protocolos nacionais para as análises de risco e para a definição das medidas a serem adotadas. Tampouco conta com uma base de dados pública e de transparência sobre seu funcionamento (casos tratados ou recusados, número de ameaças e de medidas implementadas etc), impedindo a avaliação e o monitoramento de sua eficácia.

Por fim, o PPDDH é ainda pouco conhecido e não divulga suas ações. Em 2021, de um total de mais de 600 beneficiários, apenas sete eram jornalistas.

*PPDDH – Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas.

Recomendações

Estrutura

- O PPDDH deve pressionar pela aprovação de uma lei para criar um verdadeiro programa de proteção em nível nacional, articulando os órgãos públicos federais e estaduais na sua implementação.
- Deve ter como meta a assinatura de convênios com três ou quatro novos estados por ano, priorizando os mais perigosos para a imprensa e mantendo seu papel de coordenação geral e a corresponsabilidade do governo federal na proteção dos beneficiários. Nos estados sem condições financeiras de firmarem acordos, o PPDDH deve buscar recursos públicos para permitir a implantação do programa.
- O instrumento de conveniamento com as organizações da sociedade civil deve ser revisto, para garantir uma oferta contínua de proteção e uma maior flexibilidade em caso de situações urgentes.
- O orçamento anual do programa deve, por fim, aumentar, visando a contratação de mais pessoal em nível federal e estadual e a realização de atividades permanentes de formação e comunicação.

Medidas de proteção

- É urgente elaborar procedimentos e protocolos nacionais que levem em conta a diversidade de cada população atendida (gênero, raça, etnia, diversidade sexual, etc), visando uma melhor compreensão das necessidades de cada beneficiário individual ou coletivo. Tais protocolos são necessários para:
 - a) a realização de análises de risco in loco e dentro de um prazo razoável (30 dias);
 - b) a adoção de medidas de autoproteção e de segurança digital;
 - c) um melhor tratamento dos casos urgentes e extraordinários;
 - d) a elaboração e aprovação de planos de proteção com a participação e o consentimento dos beneficiários.
- O PPDDH deve adotar novas medidas de segurança, como a instalação de câmeras de vigilância e sistemas de alerta ligados às forças de segurança públicas e fornecer coletes à prova de balas e dispositivos de segurança nos locais de moradia e trabalho dos beneficiários (portas e janelas blindadas, etc).
- A composição do Conselho Deliberativo do programa federal deve ser alterada com urgência para incluir de modo paritário, com direito a voz e voto, as organizações da sociedade civil representantes dos grupos protegidos pelo PPDDH.

Policial agride repórter durante manifestação reprimida com violência no Rio de Janeiro, em 2014



© Christian Escobar Mora/AFP

Diagnóstico

Fundado em 2000, o programa de proteção a jornalistas da Colômbia é o mais antigo da região. Alguns anos depois, ele passou a ser operado pela UNP*, mecanismo com autonomia administrativa e financeira criado em 2011 e responsável por atender 16 populações específicas (defensores de direitos humanos, líderes sociais, ex-combatentes, etc). A UNP é hoje o mecanismo mais importante da América Latina, com 6.600 funcionários, cerca de 8 mil beneficiários e um orçamento de 263 milhões de dólares em 2021.

A lei estabelece uma corresponsabilidade pela proteção entre o governo nacional e os governos locais, mas na prática a UNP exerce um monopólio da política via a implementação de medidas de proteção por empresas privadas de segurança subcontratadas. Aproximadamente 70% do orçamento da UNP são destinados à contratação de serviços de escolta, de carros blindados e de equipamentos de comunicação (telefones, botões de apoio, câmeras de vigilância, etc).

A oferta da UNP é geralmente reduzida a medidas de segurança física, em vez de uma proteção integral. Os funcionários das empresas privadas, muitas vezes antigos policiais e militares, marcados por décadas de conflito armado no país, trabalham dentro de uma lógica de confrontação com um "inimigo interno", e não são nem capacitados nem sensibilizados para a temática dos direitos humanos ou para temas como a diversidade de gênero ou étnica.

Muito raramente os beneficiários são levados para refúgios junto com suas famílias e o apoio psicológico tarda.

Há muitas críticas a como a UNP realiza o tratamento de dados pessoais dos atendidos, após vários casos de vazamento de informações e de espionagem dos beneficiários por escoltas privadas.

Os espaços de participação e diálogo com a sociedade civil dentro do mecanismo têm se reduzido e o CERREM*, o comitê responsável por recomendar as medidas de proteção, não é integrado formalmente por representantes da justiça ou de órgãos responsáveis pela prevenção à violência.

Falta transparência sobre a concessão de medidas e sobre os critérios utilizados para aceitar, recusar ou retirar beneficiários do programa. Por fim, o processo de reengenharia institucional da UNP está sendo desenvolvido sem a participação da sociedade civil.

*UNP – Unidade Nacional de Proteção.

*CERREM – Comitê de Avaliação de Risco e de Recomendação de Medidas.

Recomendações

Estrutura

A UNP não pode se contentar em oferecer medidas de segurança física e deve adotar uma visão de proteção integral, garantida pelo Estado colombiano por meio da articulação de diferentes órgãos e em diálogo com líderes sociais e organizações da sociedade civil. Esta política deve levar em conta a formação contínua dos prestadores de serviços externos à UNP sobre temas como prevenção a violações de direitos humanos, diversidade, igualdade e a importância da liberdade de expressão e de imprensa para as democracias.

A UNP deve melhorar a confiabilidade no tratamento de dados pessoais de seus beneficiários e garantir que tanto as equipes responsáveis pelas análises de risco quanto os funcionários terceirizados conheçam a realidade da região dos jornalistas ameaçados.

Até o final de 2022, os petionários devem ter garantido seu direito de participar das decisões relativas a sua valoração de risco e a seu plano de proteção. De sua parte, as organizações da sociedade civil devem poder participar da revisão e desenvolvimento das metodologias de análise de risco, do processo de reengenharia da UNP e, sobretudo, das reuniões do CERREM.

Medidas de proteção

A UNP deve incorporar em todos os seus procedimentos internos, de maneira prática e urgente, as perspectivas de gênero, raça, etnia, origem (urbana ou rural) e ainda de orientação política de seus beneficiários, assim como as especificidades do trabalho jornalístico: necessidade de mobilidade, de flexibilidade horária, acesso privado a fontes de informação, etc.

A UNP deve aumentar a oferta de apoio psicológico e garantir que todos os beneficiários realocados em refúgios possam ser acompanhados por suas famílias.

Por fim, é urgente reduzir os prazos para implementação das medidas de proteção:

- 30 dias úteis para a realização das análises de risco e sua apresentação ao CERREM;
- 15 dias úteis para a implementação integral dos planos de proteção;
- 12 meses no máximo para as reavaliações de risco.

Jornalistas colombianos protestam contra o sequestro e assassinato de três repórteres em Cali, em 2018



Diagnóstico

O mecanismo hondurenho, chamado SNP*, foi criado por lei em 2015. Ele coordena o conjunto dos atores do Estado responsáveis pela proteção de defensores de direitos humanos, jornalistas e operadores de justiça.

Por falta de vontade política e, conseqüentemente, de recursos humanos e financeiros, essa coordenação não funciona na prática. Em 2021, o orçamento do SNP era de 430 mil dólares, quantia bastante insuficiente para acompanhar de maneira eficaz seus 146 beneficiários e para produzir análises de risco com celeridade.

A instalação de equipamentos de segurança e a realocação de beneficiários depende de recursos da "Taxa de Segurança Populacional", que financia diversas outras políticas públicas do país.

As medidas de proteção implementadas pela Polícia Nacional e pelo Exército são feitas, na maior parte do tempo, com atrasos e de modo inadequado. Estando nesses dois órgãos os principais autores de agressões contra jornalistas, a confiança dos beneficiários no mecanismo e sua credibilidade são muito limitadas. Comunicadores temem ainda serem vítimas de vigilância e de vazamento de seus dados pessoais para potenciais agressores.

Para os jornalistas que precisam ser realocados, o impacto psicológico e econômico é enorme, principalmente porque o retorno a sua cidade após o refúgio é praticamente impossível, já que as investigações sobre as ameaças que recebem raramente são realizadas.

No âmbito do CNP*, órgão encarregado das diretrizes à política de proteção no país, os representantes da sociedade civil denunciam regularmente a falta de respostas a pedidos de proteção antigos, a ausência de transparência sobre os critérios utilizados para rejeitar solicitações, sobre o andamento de investigações e sobre a forma como os recursos são utilizados.

O CNP também não conta com respaldo público e político da Procuradoria Geral e da Polícia Nacional.

*SNP – Sistema Nacional de Proteção para Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, Jornalistas, Comunicadores Sociais e Operadores de Justiça.

*CNP – Conselho Nacional de Proteção.

Recomendações

Estrutura

Para garantir medidas de proteção eficientes e contar com uma equipe adequada e capacitada em temáticas de direitos humanos, o SNP necessita de seu próprio orçamento operativo, que deve ser garantido por um percentual fixo da Taxa de Segurança Populacional ou via orçamento geral da República.

A participação da sociedade civil no CNP e no Comitê Técnico (órgão que delibera sobre os casos) deve ser revista com urgência. Os membros do Conselho devem ter acesso a relatórios trimestrais sobre o funcionamento do SNP, que deve trazer informações, sobretudo, sobre o número de beneficiários, a origem das ameaças e agressões, os critérios utilizados nas análises de risco, os casos rejeitados, etc. Esses relatórios devem incluir também informações detalhadas sobre o orçamento disponível e utilizado pelo mecanismo.

É necessária a promoção de um debate sobre a reforma da Lei de Proteção, que instituiu o mecanismo, junto à sociedade civil, visando ao fortalecimento institucional do mecanismo, com regras de autonomia e independência administrativa e decisória.

Medidas de proteção

Os atrasos e condições de implementação das medidas de proteção pelas forças de segurança, principalmente nos casos mais graves (deslocamentos forçados, escoltas, patrulhas policiais, etc), deve ser objeto de constante monitoramento pelo mecanismo. O SNP deve exercer seu papel de vigilância elaborando procedimentos que permitam responsabilizar representantes de forças públicas envolvidos em casos de agressão contra jornalistas e defensores de direitos humanos.

De acordo com a lei, o SNP deve garantir uma proteção integral aos beneficiários vítimas de deslocamentos forçados: apoio psicológico, acesso à educação e à saúde para suas famílias ou ainda reinserção profissional e continuidade do trabalho jornalístico quando um retorno à cidade de origem for impossível.

Jornalista pede justiça e punição para os responsáveis pela morte de colegas, em Tegucigalpa, em 2011

NOTA METODOLÓGICA

Com o apoio da UNESCO, o escritório da RSF para a América Latina lançou, em abril de 2021, um projeto de pesquisa sobre quatro mecanismos de proteção de jornalistas referências na região.

Para produzir este relatório, a RSF entrevistou 75 gestores e técnicos dos programas, beneficiários das medidas de proteção e representantes da sociedade civil que atuam com o tema.

A RSF também solicitou e analisou dados atualizados dos programas de cada um dos quatro países.

A partir dessas informações, a RSF elaborou 10 categorias de análise: marco normativo, desenho institucional, previsão orçamentária, medidas implementadas, articulação com órgãos públicos, tratamento de jornalistas, corpo técnico, confiabilidade e, enfim, transparência e participação social.

Ao final, a RSF propôs cerca de 20 recomendações estratégicas para cada programa de proteção analisado.



A REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS (RSF) promove e defende a liberdade, o pluralismo e a independência do jornalismo em todo o mundo. Sediada em Paris, a organização detém um status consultivo na Organização das Nações Unidas e na UNESCO e tem quatorze escritórios internacionais, com uma rede de correspondentes em 130 países.

FICHA TÉCNICA

Sob Risco: Como superar as falhas dos programas de proteção a jornalistas na América Latina (Brasil, Colômbia, Honduras e México)

Pesquisa realizada entre fevereiro e dezembro de 2021

Equipe

Secretário Geral: Christophe Deloire

Editora chefe: Catherine Monnet

Autora e coordenadora do projeto: Bia Barbosa

Diretor do Escritório da RSF para América Latina: Emmanuel Colombié

Coordenador de Desenvolvimento Institucional do Escritório da RSF para América Latina: Artur Romeu

Correspondente da RSF na Colômbia: Fabíola León Posada

Correspondente da RSF em Honduras: Dina Meza Elvir

Representante da RSF no México: Balbina Flores

Revisores: Marina Vargas, Raul Silesky Jiménez
Versão em espanhol: Andrea Rancano, Maria Angelica Troncoso
Foto capa: © Yuri Cortez/AFP
Projeto gráfico e diagramação: Hiperativa Comunicação

Projeto realizado pela Repórteres sem Fronteiras (RSF) com o apoio do Global Media Defence Fund da UNESCO

As denominações empregadas e a apresentação do material nesta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte da UNESCO sobre a condição jurídica de países, territórios, cidades ou áreas, ou de suas autoridades, ou sobre a delimitação de suas fronteiras ou limites.

As opiniões expressas nesta publicação são de seus autores. Elas não são necessariamente as da UNESCO e não comprometem a Organização.

SECRETARIADO INTERNACIONAL - CS 90247 - 75083 PARIS CEDEX 02
TEL. +33 1 44 83 84 84
WWW.RSF.ORG

Fevereiro 2022



With the support of the
UNESCO Global Media Defence Fund (GDMF)